



ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

VI Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

**GT 1 – Interfaces entre Religiões e Política na
Contemporaneidade**

ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DE CANDIDATOS DA RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CAMPO MOURÃO (2024)

Orlando da Silva Martins (UNESPAR-G)¹
Frank Antonio Mezzomo (UNESPAR-PQ)²

Resumo: A presença pública da religião na política brasileira aciona as relações entre democracia e pluralismo religioso a medida que tensiona pressupostos de laicidade. Nesse sentido, este trabalho investiga as estratégias e representações veiculadas por candidatos católicos vinculados a Renovação Carismática Católica (RCC) durante as eleições à Câmara Municipal de Campo Mourão em 2024, problematizando as articulações entre religião e política, assim como o modo como valores cristãos são mobilizados nas campanhas, discursos e pautas políticas desses candidatos. Adotamos uma abordagem qualitativa, em um movimento que envolveu a coleta, tabulação e análise de materiais de campanha – jingles, flyers, vídeos e entrevistas – publicados pelos candidatos em suas mídias sociais. Os resultados preliminares mostram a recorrência na veiculação de simbologia e léxico cristão nos materiais, quase sempre instrumentalizados de modo a criar uma relação de proximidade entre candidato e eleitorado.

Palavras-Chaves: Renovação Carismática. Espaço público. Eleições. Campo Mourão.

INTRODUÇÃO

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República do Brasil. Um texto que, dentre outras previsões, estabeleceu um regime republicano e presidencialista, garantiu a autonomia dos estados e, apesar das restrições, o voto direto para presidente. Inspirada na Constituição dos Estados Unidos e com forte apelo positivista, vemos no artigo 11, inciso 2º, uma de suas disposições mais emblemáticas: se torna vedado aos Estados e à União estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos (Brasil, 1891). Ao estabelecer o princípio da laicidade, o texto significou, ao menos juridicamente, a separação entre Igreja e Estado brasileiro, bem como a atenuação da Igreja Católica dentro da estrutura do Estado.

Contrariando algumas expectativas, inclusive da literatura das ciências sociais, o processo de secularização não decretou o declínio da influência das instituições eclesiais tradicionais, tampouco restringiu a atuação à esfera privada, ação que supostamente seria inevitável às sociedades modernas. Pelo contrário, pesquisas convergem em demonstrar que as

¹ Graduando em História. Pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail de contato: gtaorlando1@hotmail.com

² Doutor em História Cultural (UFSC). Professor dos Programas de Pós-Graduação em História Pública, ProfHistória e Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail de contato: frankmezzomo@gmail.com

manifestações religiosas têm se feito presentes com cada vez mais frequência e intensidade no campo político brasileiro (Burity, 2008; Machado, 2012; Mariano, 2016; Miranda, 2015; Monteiro, 2013).

Longe de ser um princípio solidificado e estático, a laicidade no Brasil constitui um conceito polissêmico e permeado por disputadas simbólicas. Parte de um processo que Camurça (2019) vai chamar de “confessionalização da política”, a crescente presença de atores políticos não se limita à representação, mas evidencia a criação de um espaço de disputa em que diferentes setores buscam ativamente moldar opiniões e imaginários a partir de dogmas religiosos. Mais do que isso, a instrumentalização desses dogmas ilustra como o capital simbólico, nesse caso religioso, pode ser convertido em capital político dentro de determinado campo social, visando legitimar interesses de indivíduos e grupos nessas arenas de disputa (Bourdieu, 2007; 1989; 1997; Camurça, 2017; Cazelli, 2005).

Em diálogo com Bourdieu, Monteiro (2016) acrescenta que a religião não está “invadindo” uma esfera pública secular preexistente. O que ocorre é um processo dinâmico onde, por meio de suas performances e disputas, atores religiosos participam da construção e redefinição do que é espaço público e secularismo na contemporaneidade. Deste modo, a competição por visibilidade com outros grupos leva adoção de novas estratégias de mobilização política e de ocupação do espaço público, como é o caso da Renovação Carismática Católica (Camurça, 2019; Oro, 2005).

Criada em 1967, durante um retiro espiritual que reuniu cerca de 30 jovens nos Estados Unidos, a Renovação Carismática Católica (RCC) é um movimento religioso vinculado a Igreja Católica que defende uma forma de adoração baseada na manifestação dos dons do Espírito Santo (Anjos; Nascimento; Mezzomo; Pátaro, 2019; Carranza, 1998). Em crescente expansão global, a RCC chegou ao Brasil (1969) e, no ano seguinte, ao Paraná (1970), alcançando 90% das dioceses brasileiras em três décadas. Atuante na política brasileira desde a década de 1990, o ativismo religioso da RCC centra-se no apoio a candidaturas e na mobilização dos fiéis em torno das campanhas eleitorais lançadas pela própria instituição (Camurça, 2019; Nascimento; Mezzomo; Anjos, 2023).

No Paraná, essa participação iniciou-se de maneira mais sólida e estruturada a partir de 2000, quando lideranças carismáticas passam a selecionar e apoiar candidaturas no estado, ainda institucionalmente desvinculadas do movimento. Somente em 2010, impulsionada pela crescente polarização político-social e popularização das plataformas digitais, a atuação política da RCC começou tomar a forma e a intensidade que observamos na atualidade (Anjos;

Mezzomo, 2021; Nascimento, 2021; Silveira, 2008).

Com mais de 15.000 Grupos de Oração em atividade no país atualmente, a RCC constitui um movimento de grande capilaridade que faz uso recorrente de símbolos, linguagem e valores religiosos como estratégia de divulgação eleitoral, ao passo que se aproveita muito do espaço de diálogo criado pelas mídias sociais (Sexugi; Mezzomo; Pátaro, 2018; RCC BRASIL, 2025). Este é um processo que permite-nos sondar a criação e manutenção das relações de poder entre agentes detentores de capital simbólico dentro de um campo social, e entender como tais variáveis tencionam noções de laicidade no processo de formação do espaço público (Bourdieu, 2007; 1997; 1989; Camurça, 2017; Monteiro, 2016).

Diante dessas imbricações político-religiosas, propomos examinar, neste artigo, o modo como candidatos católicos vinculados à RCC mobilizaram capital religioso durante as eleições ao legislativo de Campo Mourão em 2024. A partir de uma perspectiva histórico-discursiva, buscamos compreender de que forma esses atores políticos mobilizaram símbolos, narrativas e representações visando construir legitimidade e conexão com eleitores.

Adotando uma abordagem qualitativa, a primeira etapa da pesquisa consistiu na identificação e coleta de materiais de campanha de dois³ candidatos carismáticos à Câmara Municipal de Campo Mourão (CMCM), selecionados previamente entre os 177 postulantes que tiveram as candidaturas homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As 77 publicações realizadas pelos candidatos em mídias sociais, incluindo jingles, flyers, “santinhos”, notas e vídeos foram coletados por meio de download e/ou captura de tela.

A etapa seguinte envolveu a análise das pautas defendidas e das estratégias eleitorais utilizadas pelos candidatos. Foram investigados elementos como o uso de imagens sacras, citações bíblicas, apoio de lideranças eclesiais e referências a valores morais em discursos e propostas, identificando padrões de mobilização religiosa e compreender como esses elementos se articulam com as demandas e interesses do eleitorado.

Este texto está dividido em dois eixos: o primeiro discute os limites da laicidade no Brasil, a partir de uma perspectiva histórica que revela a indissociabilidade entre política e religião. Aqui sinalizamos alguns elementos fundantes da RCC, assim como características e trajetória até chegarmos nas eleições municipais de 2024. O segundo eixo analisa a campanha de dois candidatos carismáticos ao legislativo mourãoense, com enfoque em suas estratégias eleitorais e nos acionamentos da religião dentro do espaço público.

³ Foram identificados 13 candidatos católicos que, ao todo, publicaram 1.047 materiais de campanha. Dentre estes, João Maria Ferrari (MDB), apesar de membro da RCC, não foi considerado na análise por não acionar a religião como núcleo discursivo de sua campanha.

IGREJA E CATOLICISMO CARISMÁTICO NO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO

A presença política da Igreja Católica no Brasil nunca foi estática. Pelo contrário, ela constitui um processo contínuo, marcado por alternâncias em seu grau de influência, nas orientações ideológicas adotadas e nas estratégias de atuação adotadas ao longo da história. Nesse cenário, nem mesmo a Proclamação da República (1889) e a promulgação da primeira Constituição republicana (1891), eventos que formalizaram, respectivamente, a supressão do catolicismo como religião oficial e a separação Igreja-Estado, conseguiram restringir a influência da Igreja Católica da esfera pública. Na realidade, ela configura-se como uma instituição que, embora pretensamente apartidária, oscila entre movimentos de afastamento e reaproximação frente ao campo político. (Nascimento, 2021; Oro, 2011; 2005).

Ainda segundo Nascimento (2021) e Oro (2005), esse caráter dinâmico fica evidente ao analisamos, por exemplo, os desdobramentos ocorridos ao longo da década de 1930. Durante o governo Vargas (1930-1945) a Constituição de 1934 acolheu reivindicações antigas da Igreja Católica, como a introdução do ensino religioso nas escolas públicas, a vedação do divórcio e o direcionamento de verbas estatais para iniciativas assistenciais ligadas à Igreja, estreitando novamente os laços entre o Estado e a instituição religiosa. Nos anos de 1950, a Igreja ensaia aproximações com o Estado que, em especial durante o Governo de JK, desenvolvem diversos projetos de assistência social em diferentes regiões do Brasil.

Durante o Regime Militar (1964-1985) a mesma dinâmica de aproximações e afastamentos é aferível, porém interseccionada com as transformações propiciadas pelo Concílio e pelos movimentos progressistas. Marcado por um contexto de reformulações do catolicismo no que tange ao reconhecimento das realidades terrestres e dos sujeitos como portadores de direitos humanos, a Igreja Católica encontrou no apoio ao golpe militar de 1964, amparo político à sua resistência em acatar as mudanças de cunho teológico estabelecidas pelo Vaticano. Somente a partir de 1968, com o aumento da repressão política e de pressões do catolicismo internacional, uma oposição ao regime militar tomou contornos dentro da Igreja brasileira (Silva, 2017; Sanchez, 2017).

A partir dessa guinada, a atuação da Igreja como oposição tornou-se paulatinamente mais ávida, passando a englobar, para além da violência, críticas à estrutura socioeconômica do país. Essenciais nesse processo de luta contra à repressão estatal e em defesa de pautas que envolviam direitos humanos, reforma agrária e a redemocratização, identificamos ações promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e pelas Comunidades

Eclesiais de Base (CEBs) que, em sintonia com a Teologia da Libertação, promoveram ações orgânicas envolvendo diferentes segmentos da sociedade (Oro, 2005; Silva, 2017; Souza, 2004).

Já no período de redemocratização (1986-1988), observamos um enfraquecimento da ala progressista em função das críticas internas e externas à Teologia da Libertação, considerada radical pelas esferas mais conservadoras da instituição. Esse momento se reflete, por exemplo, nos esforços do papado de João Paulo II em suprimi-la e no espaço dado a movimentos mais moderados, como à Renovação Carismática Católica (RCC) (Nascimento, 2021; Silva, 2017; Teixeira, 1997).

Nesse contexto de reconfigurações, os espaços deixados pela ala progressista foram sendo paulatinamente ocupados por novos agentes político-religiosos. A partir da Assembleia Constituinte de 1988, segmentos evangélicos-pentecostais pleitearam espaços nas estruturas de poder, rompendo com seu caráter abstencionista e investindo na participação política direta (Camurça, 2019). Isso provocou uma reação da Igreja Católica que, vendo diminuir sua influência política ante a ameaça da criação de uma bancada evangélica durante a Constituinte de 1988, optou por adotar estratégias semelhantes e conceder apoio a candidaturas de católicos vinculados a RCC (Oro, 2005). Assim, como produto dessas disputas entre denominações, o movimento carismático começava a tomar contornos que propiciariam sua inserção na esfera pública e a institucionalização da ação política católica (Nascimento, 2021).

Apesar de nascer como uma resposta ao avanço do protestantismo dentro do Congresso Nacional, a RCC incorporou diversas características presentes no pentecostalismo evangélico em sua busca por manifestar os dons do Espírito Santo e proporcionar uma aproximação mais direta e pessoal entre o leigo e o sagrado. E aqui cabe mencionar tanto as de caráter litúrgico, como a apropriação de práticas que recorrem ao apelo emocional durante celebrações – glossolalia e a realização de curas e exorcismos –, quanto as de cunho político, como a assimilação de estratégias eleitorais pautadas no acionamento do léxico e da simbologia religiosa (Nascimento; Mezzomo; Anjos, 2023; Ribeiro, 2011).

Verticalmente hierarquizada, a estrutura organizacional do movimento carismático é formada basicamente por leigos distribuídos entre coordenações em nível nacional, estadual e diocesano, nesta ordem de poder e relevância. Cada uma dessas coordenações é amparada por um conselho e, por fim, são constituídos ministérios, como o Ministério Jovem e o de Música e Artes, que auxiliam os demais grupos e são coordenados em nível diocesano, estadual e nacional (Nascimento; Mezzomo, 2021). Permitindo a conexão entre o leigo e as instâncias da

organização, a estrutura carismática fomenta a capilarização e criação de um sentimento de pertencimento dentro do movimento.

Outro ponto importante é reconhecermos que, apesar da existência de uma hierarquia, as decisões verticalizadas dentro da RCC sofrem consideráveis interferências das dinâmicas regionais e locais, afetando diretamente a uniformidade com que diretrizes e ações políticas são integralizadas no país. No Paraná, o Ministério Fé e Política (MFP) atua desde 2010 na concessão de apoio à candidatos carismáticos, mecanismo de mobilização política que já se encontra naturalizado entre os membros da RCC-PR. Já em outros estados, o Ministério tem diferentes níveis de organização, desde o mais institucionalizado ao completo desconhecimento da sua existência (Nascimento, 2021; Procópio, 2017; Reis, 2016).

Em Campo Mourão, município de médio porte e maioria católica (62,81%) localizado no centro-oeste paranaense, os mais de 70.000 eleitores não escapam ao contexto estadual e encontram-se imbuídos em suas próprias microrrelações de poder (IBGE, 2022; TSE, 2024). Concorrendo a umas das 13 cadeiras do legislativo municipal, 177 postulantes tiveram suas candidaturas homologadas na ocasião das eleições municipais de 2024. Restringimo-nos, nesse texto, a duas delas: de Antonio José e Claudinei Grella, ambos filiados ao Republicanos.

Nascido em 30 de setembro de 1966, Antonio José Lemos Filho, conhecido na campanha eleitoral pelo nome de urna Antonio José, reside em Campo Mourão e é membro da RCC. De família pobre, chegou a ingressar no curso de jornalismo, não concluiu a graduação e, mesmo sem diploma universitário trabalha como jornalista e escritor nas mídias digitais.

Sua participação política iniciou nas eleições municipais de 2016, quando concorreu pela primeira vez a vereança pelo Partido Popular Socialista (PPS). Na ocasião, não conseguiu votos suficientes para se eleger e ficou como suplente. Em 2024, candidatou-se novamente, agora pelo Republicanos, ocasião em que obteve 160 votos e alcançou a suplência.

Em sua campanha de 2024, Antonio José publicou 17 materiais, entre vídeos, stories e flyers. No geral, a qualidade dessas publicações foi amadora e sem periodicidade definida. Seu público-alvo incluiu trabalhadores de baixo poder aquisitivo e membros da sua comunidade religiosa. Com apoio majoritário de familiares, conhecidos e contatos locais, sua campanha não contou com o respaldo de figuras políticas expressivas, com exceção do candidato a prefeito por ele apoiado, Douglas Fabrício (Cidadania).

Também vinculado à RCC, Claudinei Grella, nascido em 28 de fevereiro de 1971 na cidade de Mandaguari (PR), reside atualmente em Campo Mourão com sua esposa e dois filhos. Com Ensino Médio, trabalha como vendedor no comércio varejista e atacadista.

Claudinei possui experiência em campanhas políticas, tendo concorrido anteriormente para vereador nas eleições municipais de 2016 e 2020, na primeira vez pelo PPS, alcançando 726 votos e, posteriormente, pelo Cidadania, com 797 votos, alcançando a posição de suplente nas duas ocasiões. Em 2024, Claudinei se candidatou pelo Republicanos, obtendo 406 votos, o que novamente lhe rendeu a posição de suplente, sem conseguir a eleição direta. Nessa campanha, recebeu apoio do ex-secretário de saúde do Paraná, Beto Preto, bem como dos deputados estaduais Evandro Araújo (PSD) – candidato historicamente endossado pela RCC à nível estadual – e Alexandre Amaro, candidato oficial da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e líder do partido Republicanos no Paraná.

Durante o período eleitoral de 2024, Claudinei publicou 60 materiais, incluindo vídeos, stories, flyers e jingles. A qualidade dos materiais foi amadora e sua frequência de publicação variava entre postagens diárias e períodos sem publicações, denotando um padrão de comunicação inconsistente. Direcionou sua campanha principalmente ao eleitorado local de classes média e baixa, buscando apoio entre comerciantes e grupos religiosos, especialmente em sua igreja.

ESTRATÉGIAS E ACIONAMENTOS RELIGIOSOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

O capital religioso pode ser mobilizado de maneira sutil ou ostensiva em campanhas, dependendo do perfil do candidato, do público-alvo e da estratégia escolhida (Mezzomo, Pátaro, 2019; Oro; Camurça, 2018). No contexto específico das eleições municipais de 2024, os 2 carismáticos identificados mobilizaram, nas 77 publicações, um conjunto variado de estratégias que enfatizam a fé pessoal e os vínculos com a comunidade religiosa como forma de estabelecer diálogos e uma relação de confiança com o eleitorado (Assis, 2020; Schwartzberg, 1978). Essas estratégias incluem desde o uso de léxicos e simbolismos religiosos em vídeos e flyers, até a participação ativa em eventos religiosos, como missas e procissões festivas. Isso reforça a ideia de que a religião legitima a atuação política e, mais do que isso, participa do processo de construção de identidades públicas.

Antes de iniciarmos um movimento de análise das candidaturas carismáticas municipais, é imperativo considerarmos as especificidades destas, afastando-nos da ideia de um *modus operandi* padronizado e entendendo tais características como escolhas que podem ou não ser partilhadas entre os candidatos (Miranda, 2015). Sobre isso, Miranda é enfática ao pontuar que essa autonomia deriva diretamente da força das comunidades carismáticas locais

que, ao contrário de candidaturas em âmbito estadual e federal, conseguem resistir as diretrizes verticalizadas definidas pelo Ministério Fé e Política. Logo, o fato de um candidato adotar certa estratégia eleitoral não enseja necessariamente na adoção desta por outro, mesmo que ambos congregam com a RCC.

Antonio José, por exemplo, adotou uma abordagem mais discreta, integrando sua identidade religiosa de forma sutil à campanha. Primeiro, utilizando seu lema “Antonio José, um homem de fé” e poucos símbolos sacros em seus *storys* e vídeos (Imagem 1). Depois, acionando apenas o léxico religioso nas legendas de suas publicações (Imagem 2). Com essa discreta mobilização do capital religioso podemos posicioná-lo como candidato religioso e, portanto, atrair eleitores que compartilham dos mesmos valores religiosos.

9

Imagem 1 – Acionamentos do léxico e da simbologia religiosa



Legenda: 1) camiseta estampada com crucifixo; 2) Lema de campanha contendo menção a fé

Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (2024)

Imagem 2 – Legendas das publicações



Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (2024)

Claudinei Grella utilizou sua identidade de maneira muito mais ostensiva. Sua estratégia envolveu a intensa publicação de referências a simbologia cristã, incluindo a veiculação de crucifixos e imagens sagradas para os católicos (Imagem 3). Esses elementos, além de reafirmarem valores cristãos, procuram criar conexões emocionais com o eleitorado por meio de sentimentos afetivos, o que se mostra particularmente eficaz como dispositivo de autopromoção e de mobilização de eleitores em torno de valores compartilhados (Almeida, 2019; Schwartzberg, 1978).

Imagem 3 – Acionamentos da simbologia cristã



1) Vídeo em que o candidato aparece usando colar contendo crucifixo; 2) Vídeo gravado com crucifixo e imagem de Jesus Cristo ao fundo; 3) Foto do candidato em frente à Igreja e usando crucifixo como colar.

Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (2024)

Apesar de recorrerem a um conjunto variado de estratégias eleitorais, os dois candidatos convergem ao destacar o apoio de lideranças religiosas em suas campanhas como forma de legitimar suas candidaturas perante a comunidade (Imagem 4). Essa abordagem reflete o perfil do “cristão político”, identidade política construída por esses candidatos e que utiliza a fé como fundamento para suas propostas e para mobilizar eleitores em torno de uma agenda moral cristã (Assis, 2020). No contexto da RCC, essa ação comunitária faz-se ainda mais pungente, constituindo um dos pilares da ação política do movimento e potencializando a capilaridade das campanhas eleitorais de seus membros.

Imagem 4 – Apoio de autoridades carismáticas às campanhas eleitorais



- 1) Antonio José em foto ao lado de apoiadores; 2) Vídeo do cantor e missionário “Dunga”, em apoio a campanha de Grella; 3) Vídeo do membro da RCC, Cleverson, em apoio a Claudinei Grella; 4) Vídeo do membro da RCC ligado a MFP, Paulo Batista, em apoio a Grella.

Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder (2024)

Ademais, vale mencionar que apesar de ambas as candidaturas não terem alcançado êxito ao final da corrida eleitoral, fato que pode ser entendido pelas variáveis envolvidas no processo eleitoral e que afetam o resultado do pleito, as mobilizações e acionamentos realizados nesse âmbito constituem valioso campo de análise (Mezzomo; Pátaro, 2019). A partir da observação destas, analisamos a conversão do capital religioso em capital político, apenas uma das facetas de um processo eleitoral baseado em constantes trocar e embates simbólicos (Bourdieu, 2007; 1989).

CONCLUSÃO

A presença da religião nas campanhas eleitorais de 2024 revelou-se elemento estruturante da identidade política e de engajamento público. As interseções entre religião e política, porém, refletem um fenômeno maior que atravessa o contexto político brasileiro. Uma tendência nacional que parece ir de encontro a alguns pressupostos da laicidade. A análise das campanhas demonstra que o capital religioso tem sido utilizado tanto como ferramenta de mobilização quanto como estratégia eleitoral.

Em Campo Mourão, onde a maioria da população se identifica como católica (IBGE, 2022), essa articulação ganha ainda mais relevância, moldando e se adaptando as dinâmicas locais de poder dentro do espaço público. Infere-se, portanto, que a religião desempenha um papel central e ao mesmo tempo ambíguo na política local. Enquanto elemento de identidade e mobilização, ela constitui inesgotáveis recursos simbólicos e emocionais valiosos para os candidatos, mas esbarra em discussões importantes como os limites desse tipo

de instrumentalização dentro de uma sociedade pretensamente laica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

ANJOS, Brandon Lopes dos; MEZZOMO, Frank Antonio. Religião e política nas eleições municipais: mobilizações e performances de católicos e evangélicos. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 325-366, ago./dez. 2021.

ANJOS, Brandon Lopes dos; NASCIMENTO, Lara Pazinato; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Eis que (quase) tudo se fez novo”: o carismatismo católico e as ressignificações da tradição no evento cristo é nosso show. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 96-112, 2019.

ASSIS, Rafaela Christi Ane Mano de. **O uso de jingles político-religiosos nas eleições à ALEP: uma abordagem da comunicação política a partir da história pública digital**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Pública, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Razão práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1997.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2008.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. A questão da laicidade no Brasil: mosaico de configurações e arena de controvérsias. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 15, n. 47, p. 855-886, jul./set. 2017.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, p. 125-159, dez. 2019.

CARRANZA, Brenda Maribel. **Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências**. 1998. 261 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

CAZELLI, Sibeles. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?**. 2005. 260 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores:

secularização e pluralismo em debate. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 708-726, out./dez. 2016.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. **Tempo e Argumento**, v. 11, p. 456-485, jan./abr. 2019.

MIRANDA, Júlia. Católicos carismáticos e as eleições municipais de 2012. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51, n. 2, p. 201-211, maio/ago. 2015.

MONTEIRO, Paula. Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Cultura y Religion**, v. 7, n. 2, p. 13-31, 2013.

MONTEIRO, Paula. “Religiões públicas” ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 128-150, jun. 2016.

NASCIMENTO, Lara Pazinato. **Ministério Fé e Política: a Renovação Carismática Católica nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná**. 2021. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2021.

NASCIMENTO, Lara Pazinato; MEZZOMO, Frank Antonio. Avançando para águas mais profundas: a participação da renovação carismática católica do paraná nas eleições de 2010. **Fronteiras**, Dourados, v. 23, n. 41, p. 178-202, jan./jun. 2021.

NASCIMENTO, Lara Pazinato; MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos. O Ministério Fé e Política nas Eleições à Assembleia Legislativa do Paraná. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 217-245, jan./abr. 2023.

ORO, Ari Pedro. A laicidade no Brasil e no Ocidente. Algumas considerações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, mai./ago. 2011.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers Des Amériques Latines**, Paris, v. 48, n. 49, p. 204-222, jan. 2005. Disponível em: <http://cal.revues.org/7951>. Acesso em: 07 jul. 2025.

ORO, Ari Pedro; CAMURÇA, Marcelo Ayres. Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 52, p. 7-20, dez. 2018.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. Como funciona o Ministério Fé e Política da Renovação Carismática Católica? **CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 23, p. 1-14, jan./jun. 2017.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas. **Política e religião: participação política dos católicos carismáticos do Brasil**. 2016. 197f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SANCHEZ, Wagner Lopes. Igreja Católica e liberdade religiosa: a renovação desencadeada pelo Concílio Vaticano II. **Rever**, São Paulo, ano 17, n. 3, p. 123-138, set./dez. 2017.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado espetáculo**. São Paulo: Difel, 1978.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira. Religião e política no Brasil. **Latinoamérica**, Ciudad de México, n. 64, p. 223-256, jan./jun. 2017.

SILVEIRA, Emerson José Sena da. Terços, “Santinhos” e Versículos: a relação entre católicos carismáticos e a política. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, ano 8, p. 54-74, mar. 2008.

SEXUGI, Fábio; MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. À imagem e semelhança: simulacro e hagiografia nas propagandas eleitorais de políticos religiosos. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2018.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 77-95, set./dez. 2004.

TEIXEIRA, Faustino. Os intereclesiais das CEBs: identidade em construção. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 29, n. 78, p. 155-187, maio/ago. 1997.

* * * * *